

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Governo marca leilões do pré-sal para outubro.....	2
Título: PF indicia três por fraude de etanol no Rio	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Aneel tenta facilitar venda de distribuidoras	4
Título: Nota.....	5
Título: Plano ambiental mais flexível vai à votação	5
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Leilões de óleo e gás podem gerar R\$ 83 bi até 2019, prevê ANP	6
Título: Microgeração solar deve movimentar R\$ 15 bi em 10 anos	7
Título: Curtas	10
Título: Mudança em Pequim derruba mineradoras.....	10
Título: Vale perde valor, mas continua no azul.....	12

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Governo marca leilões do pré-sal para outubro**

O governo decidiu realizar no mesmo dia os dois leilões do pré-sal previstos para 2017, nos quais oferecerá oito áreas para exploração de petróleo.

Com um dos leilões, o governo espera arrecadar R\$ 4,35 bilhões. O outro ainda não teve os valores definidos, mas a expectativa é que a oferta de áreas petrolíferas renda ao Tesouro entre R\$ 7,5 bilhões e R\$ 8 bilhões em 2017.

Os leilões do pré-sal serão realizados no dia 27 de outubro, logo após a realização edição brasileira da feira Offshore Technology Conference (OTC), com o objetivo de concentrar a ida de executivos do exterior ao país.

O único leilão do pré-sal realizado até agora ofereceu a área de Libra, a maior descoberta de petróleo do país, em 2013.

A disputa foi vencida por consórcio liderado pela Petrobras —com participação da Shell, da Total e das chinesas CNPC e CNOOC. O consórcio pagou R\$ 15 bilhões pela área.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o diretor-geral da ANP, Decio Oddone, estão essa semana em Houston para tentar atrair investidores para as licitações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: PF indicia três por fraude de etanol no Rio**

A polícia do Rio indiciou executivos das três maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil pela venda de etanol adulterado a postos. Os três são suspeitos de crimes tributários, ambientais e contra o consumidor.

O caso foi descoberto em novembro, após fiscalização da ANP (Agência Nacional do Petróleo) em postos do Rio encontrar etanol adulterado em postos da BR Distribuidora, da Shell e da Ipiranga.

O produto continha altos teores de metanol, um produto tóxico usado para a produção de biocombustíveis, cuja ingestão pode levar à morte.

Em inspeção nas bases de armazenagem das distribuidoras, foram achados 10,6 milhões de litros do combustível fora dos padrões, numa das maiores apreensões de combustível adulterado do país.

De acordo com os laudos, foram recolhidas amostras com até 14,3% de metanol misturado ao etanol –quase 30 vezes mais do que o 0,5% permitido pela legislação.

No relatório entregue ao Ministério Público, o titular da Delegacia de Defesa de Serviços Delegados (DDSD) do Rio, Pablo Sartori, propõe o indiciamento de Luiz Renato Gobbo, diretor da Raízen (dona da marca Shell), Patrícia Moreira Rodrigues (gerente da BR) e José Augusto Dutra Nogueira (diretor da Ipiranga).

Os três são suspeitos de crime ambiental, por produzir e vender produtos tóxicos em desacordo com a legislação, revender combustível em desacordo com as especificações da ANP e vender produtos em condições impróprias para o consumo.

Na época da apreensão, as empresas argumentaram que todo o produto havia sido adquirido da Usina Canabrava, em Campos dos Goytacazes, que seria a responsável pela mistura do metanol.

O delegado Sartori sustenta que as distribuidoras são responsáveis por garantir a qualidade do combustível entregue aos postos e não realizam testes suficientes.

O relatório ainda será analisado pelo Ministério Público, que definirá se denuncia os acusados ou não.

OUTRO LADO

A Raízen afirma que foi "vítima de fraude que tentou desestabilizar toda a distribuição de etanol no Estado do Rio de Janeiro" e classificou o indiciamento de "indevido e arbitrário".

Os laudos oficiais da ANP confirmam o envolvimento direto do fornecedor desse produto", diz a empresa.

A Ipiranga afirmou que ainda não foi notificada do indiciamento e que, "ao tomar conhecimento da não conformidade do etanol hidratado comercializado em um posto do Estado do Rio de Janeiro, tomou todas as medidas necessárias para a solução imediata do problema".

A BR Distribuidora disse que suspendeu imediatamente as vendas e que ingressou com ação contra o fornecedor de etanol.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Aneel tenta facilitar venda de distribuidoras

Objetivo de flexibilização é viabilizar privatização de empresas deficitárias das regiões Norte e Nordeste, que hoje estão sob gestão da Eletrobrás

As distribuidoras de energia que serão privatizadas até o fim do ano terão condições facilitadas para prestar seus serviços nos próximos anos. As regras, que têm como pano de fundo facilitar a venda dessas empresas à iniciativa privada, foram definidas ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e valem para concessionárias que atuam nos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Piauí e Alagoas.

Hoje nas mãos da Eletrobrás, essas empresas terão um prazo maior para atingir os indicadores mínimos de qualidade e equilíbrio econômico-financeiro. Os futuros controladores terão entre sete e oito anos para atingir os níveis exigidos pela agência. Além disso, terão carência de três anos para cumpri- los. Para as demais distribuidoras, o prazo é de cinco anos, e a violação desses índices por dois anos consecutivos pode levar à cassação da concessão.

Essas facilidades têm o objetivo de viabilizar a privatização de empresas que acumulam dívidas bilionárias e que, desde que o controle foi assumido pela Eletrobrás, em 1998, já receberam aportes de R\$ 25 bilhões. No ano passado, a Eletrobrás não aceitou renovar as concessões dessas empresas. Porém, a estatal vai continuar a administra- la até que sejam vendidas.

Essas distribuidoras também terão direito a duas revisões tarifárias nos próximos cinco anos, ao contrário das demais, que terão apenas um processo desse tipo. A vantagem das revisões é que as tarifas são reajustadas e os investimentos realizados passam a fazer parte da base de remuneração das empresas.

Além disso, nos primeiros dois anos de vigência dos novos contratos, as fiscalizações da Aneel serão apenas educativas, ou seja, não vão gerar multas.

Má gestão. Em seu voto, o diretor Tiago de Barros Correia, da Aneel, avaliou que os problemas econômicos dessas empresas são resultado de problemas de administração, pois a tarifa definida pela Aneel era suficiente para o equilíbrio das companhias. "Tal condição é resultado da gestão empregada nessas

empresas, cujo nível de eficiência se encontra muito distante do exigido pelo regulador."

Correia afirmou ainda que a condição de degradação de algumas dessas empresas torna a privatização desafiadora e, em alguns casos, inviável. Por essa razão, na avaliação da Aneel, é necessário que aquelas com valor de mercado negativo tenham tarifa diferenciada – caso da Amazonas Energia. Apenas as empresas com valor negativo terão critérios mais flexíveis para cobertura de custos operacionais e perdas "não técnicas" (gatos). Nesses casos, os custos vão continuar a ser bancados pelo consumidor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / Direto da Fonte

Autor: Sônia Racy

Título: Nota

Luz no túnel

O próprio Pedro Parente deu a notícia ontem, em palestra em Houston, na Offshore Technology Conference: a Petrobrás conseguiu reverter, no TFR-5, de Recife, a liminar dada por um juiz federal de Sergipe que proibia a venda do Campo de Carcará à Statoil.

A decisão, importante para o plano de desinvestimento da estatal, não é definitiva: a advogada Raquel de Souza, dos petroleiros, vai recorrer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / Giovana Girardi

Título: Plano ambiental mais flexível vai à votação

A bancada ruralista ignorou, mais uma vez, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e pautou para hoje a votação de um projeto de lei que altera profundamente o processo de licenciamento ambiental no País, dispensando a necessidade de realização de estudos e de autorização para diversas atividades de infraestrutura, como pavimentação de rodovias, ampliação de portos e melhorias em sistemas de energia.

Contra a vontade de Sarney Filho, o projeto de lei 3729/2004, relatado pelo deputado Mauro Pereira (PMDBRS), está na pauta da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, para que seja apresentado em regime de urgência. O

projeto de lei simplesmente atropela proposta que Sarney Filho havia costurado com a Casa Civil em torno de uma nova Lei Geral do Licenciamento.

Ao Estado, a presidente do Ibama, Suely Araújo criticou duramente a proposta da bancada ruralista. “As propostas que trazem um grande número de isenções e flexibilizações de condicionantes ambientais podem aumentar a judicialização”, ressaltou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Leilões de óleo e gás podem gerar R\$ 83 bi até 2019, prevê ANP

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) projeta que os dez leilões que serão realizados em 2017, 2018 e 2019 poderão resultar em investimento direto de US\$ 83 bilhões no setor de óleo e gás. Os cálculos, segundo Décio Oddone, diretor-geral da agência, são probabilísticos e consideram a chance de sucesso exploratório das empresas. Ainda não é possível estimar o valor que o governo vai arrecadar com bônus em todos esses leilões. Só com os quatro programados para 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) espera obter R\$ 8,5 bilhões.

As projeções da agência são de que as áreas têm potencial de volume recuperável superior a 10 bilhões de barris de petróleo, como antecipou o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, na segunda-feira. Se todo esse petróleo for efetivamente descoberto, isso resultará em aumento superior a 2 milhões de barris por dia na produção de petróleo no país em 2027. Para efeito de comparação, o Brasil fechou 2016 com reservas provadas de 12,7 bilhões de barris de petróleo e 378 bilhões de metros cúbicos de gás. Não está incluída no cálculo a produção de campos já leiloados em fase de pré-produção, como é o caso de Libra, só para citar um exemplo.

Para que essas estimativas se tornem realidade será preciso primeiro confirmar o potencial das áreas após os leilões. A ANP calcula que mais de 300 poços exploratórios precisarão ser perfurados, o que vai exigir a operação simultânea de número superior a 20 sondas de perfuração no país. Essa atividade permitirá reativar um segmento que sentiu muito a desaceleração da Petrobras e a baixa participação de empresas privadas no setor que passou cinco anos sem leilões. Adicionalmente, serão necessárias 17 novas plataformas de produção.

É com base nessas projeções que a ANP estima o investimento de US\$ 83 bilhões. Segundo Oddone, as áreas que serão oferecidas pelo Brasil estão entre as mais atrativas do mundo e devem gerar um número ainda maior de investimentos indiretos, feitos pela cadeia produtiva.

"O cálculo desses investimentos não leva em consideração os investimentos indiretos. E estatisticamente os números mostram que a cadeia investe mais duas vezes e meia o que as empresas investem diretamente", disse Oddone em entrevista de Houston (EUA).

Isso significa que no caso de sucesso, os US\$ 83 bilhões resultariam em investimento indireto de outros US\$ 166 bilhões a US\$ 207,5 bilhões pela empresas que prestam serviços. A ANP também prepara mudanças nos contratos e nas regras da 14ª Rodada de Licitações, marcada para este ano e onde serão oferecidos 287 blocos no mar e em terra.

O objetivo é reduzir o custo de entrada das empresas e simplificar contratos, diz Oddone. A agência pretende retirar a exigência de conteúdo local como critério de oferta e reduzir de 10% para 5% os royalties incidentes sobre a produção em áreas de novas fronteiras e maduras que apresentam bons riscos geológicos, logísticos e econômicos. Oddone afirma que o objetivo é tornar mais atraente o investimento em exploração e produção nessas áreas, estimulando a participação indireta de fundos de investimentos.

Outra mudança em análise é a introdução de uma única fase exploratória nos contratos, excluindo a obrigação de perfurar um poço no segundo período. Atualmente, as empresas se comprometem a perfurar ao menos um poço, independentemente do resultados sísmico na fase inicial. As mudanças serão submetidas a uma audiência pública.

Para este ano já foram autorizadas quatro leilões. No primeiro, a 4ª Rodada de Acumulações Marginais, serão oferecidas áreas menores. Em seguida virá a 2ª Rodada de Partilha com áreas unitizáveis do pré-sal. O terceiro é a 14ª Rodada de Licitações, já com mudanças, e depois será realizada a 3ª a Rodada de Licitações sob o regime de partilha da produção. Nessa última serão oferecidos os prospectos Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central, dentro do polígono do pré-sal de Campos e Santos. Os bônus para as quatro áreas foram definidos em R\$ 4,35 bilhões pelo Conselho Nacional de Política Energética.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Microgeração solar deve movimentar R\$ 15 bi em 10 anos

Os projetos de microgeração de fonte solar instalados em residências e prédios a chamada geração distribuída (GD) - podem movimentar cerca de R\$ 15 bilhões no Brasil até 2024, com tendência mais acentuada a partir do início da próxima

década. O valor faz parte de projeções feitas pela consultoria Boston Consulting Group (BCG), com base no custo médios dos equipamentos e na estimativa de expansão de projetos do gênero no país ao longo desse período.

"Não é absurdo imaginar que essa cadeia vai movimentar alguns bilhões de reais na década de 2020. Há espaço para fazer negócios", diz Jean Le Corre, sócio do BCG.

O cálculo considera um custo médio de R\$ 5 por watt instalado de projetos de fonte solar. Com relação à expansão, o BCG prevê salto dos atuais 74,5 megawatts (MW) de capacidade instalada de sistemas do tipo para 3 gigawatts (GW), ou quase 5% da nova capacidade instalada no Brasil até 2024.

Em estudo sobre o tema, o BCG indicou que, além da irradiação solar (principal fator para instalação de projetos de GD), os custos da tecnologia estão caindo, enquanto o custo do sistema elétrico brasileiro, cobrado via tarifa das distribuidoras, tende a aumentar nos próximos anos, favorecendo a implantação de microusinas.

Projetos de microgeração são mais favoráveis para consumidores residenciais, cuja tarifa é maior que para comércio e indústria, diz o gerente de Regulação do grupo Safira Energia, Fábio Cuberos.

Especialistas do BCG consideram necessário aperfeiçoar a regulação, para identificar o custo real de uso da rede elétrica por projetos de GD, já que eles injetam energia no sistema. Para Daniel Gorodicht, um dos autores do estudo, os subsídios cruzados existentes hoje podem impedir o crescimento ordenado desse segmento.

O problema pode ocorrer porque, com mais projetos de GD, as distribuidoras precisam ampliar investimentos em sofisticação da rede. Os investimentos, porém, são remunerados apenas por consumidores das distribuidoras e não por donos de painéis fotovoltaicos.

"Os modelos regulatórios e de negócio não estão adequados a essas novas tecnologias. Não é um problema só do Brasil", afirma António Farinha, especialista em energia e sócio da consultoria Bain & Company. Estudo recente da empresa indica que a digitalização do setor elétrico poderá gerar ganhos de US\$ 2,4 trilhões nos próximos dez anos. Os ganhos podem vir com a redução de perdas de energia na rede e menor necessidade de novos investimentos em aumento da capacidade para atender a demanda nos horários de pico.

"O setor tem que priorizar a digitalização do sistema. A era digital é irreversível. O retorno em relação ao investimento é muito alto", diz o presidente da GE no Brasil, Gilberto Peralta.

A GE realizou evento, em março, no Rio, com executivos de grandes companhias de energia, para discutir inovações no setor elétrico. O encontro concluiu que a modernização do sistema brasileiro, a partir de microgeração solar, redes inteligentes e veículos elétricos é inevitável e que o principal fator de aceleração ou retardamento do processo será a regulação.

"A regulação no Brasil já deu alguns passos. Agora é preciso uma tarifa que dê o sinal econômico para esse consumo [a partir de GD]", diz Solange Ribeiro, presidente do grupo Neoenergia. Em abril, a empresa concluiu a instalação de um projeto de pesquisa e desenvolvimento em microgeração de energia solar e redes inteligentes em Fernando de Noronha (PE), com investimento de R\$ 27 milhões.

"Não há dúvida, a regulação tem que dar os sinais corretos", avalia o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior.

"É preciso ter uma visão de longo prazo", diz Raul Cadena, diretor Financeiro da Votorantim Energia.

Outra medida necessária, na visão de especialistas, é a definição de tarifas horárias para consumidores residenciais, com valores mais altos no horário de pico de demanda e mais baixos nos momentos de menor uso. Dessa maneira, haverá incentivo para a adoção de microgeração solar.

Segundo André Pepitone, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as tarifas horo-sazonais para consumidores residenciais já são aplicadas em projetos pilotos. Pela regulamentação vigente, ela será adotada em escala comercial a partir de janeiro de 2018, conforme a solicitação dos consumidores que desejarem.

Segundo Pedro Verdelho, diretor da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (Erse), órgão regulador de Portugal, semelhante à Aneel no Brasil, a microgeração de energia solar e a digitalização do setor elétrico são um caminho "incontornável". A Erse lançou chamada pública em Portugal para discutir a implementação de tarifas dinâmicas. A ideia é debater novas opções tarifárias, em relação a preços, localização dos projetos e duração dos períodos horários.

"É muito importante que a tarifa esteja bem aderente ao custo", avalia Verdelho, que esteve no Brasil em março para uma série de encontros com autoridades do setor elétrico do país.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Justiça libera Carcará

A Petrobras conseguiu reverter na Justiça a liminar que determinava a paralisação da venda da participação de 66% da empresa no bloco BM-S-8 (Carcará), para a Statoil. Com a decisão favorável, do presidente do Tribunal Regional Federal da 5.a Região, os efeitos da operação estão mantidos e a petroleira norueguesa pode prosseguir com a exploração de Carcará. A venda do ativo havia sido suspensa por decisão da 2.a Vara da Justiça Federal de Sergipe. O negócio foi concluído em novembro, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Petrobras já recebeu, pelo acordo, US\$ 1,25 bilhão. A estatal ainda possui outros US\$ 1,25 bilhão a receber, através de parcelas contingentes relacionadas ao cumprimento de algumas condições como, por exemplo, a celebração do acordo de individualização da produção (unitização) de Carcará.

Lucro da EDP

A EDP Energias do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 134,8 milhões no primeiro trimestre, queda de 55,4% em relação a igual período de 2016. O resultado dos três primeiros meses do ano passado havia sido positivamente impactado por eventos não recorrentes, como a conclusão da venda da Pantanal Energética, com efeito de R\$ 278 milhões, e a contabilização de R\$ 81,8 milhões referente a seguro recebido de Pecém, devido a uma paralisação de unidade geradora em 2014. Excluídos os efeitos não recorrentes, a EDP estima que teve uma alta de 108,9% no lucro líquido. A receita líquida somou R\$ 2,45 bilhões de janeiro a março, alta de 13,8%. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recuou 33,9%, para R\$ 539,7 milhões. Em base ajustada, excluídos os efeitos não recorrentes, o Ebitda teve alta de 18,1%, segundo a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Neil Hume | Financial Times**Título:** Mudança em Pequim derruba mineradoras

O setor de mineração encontra dificuldades para manter as altas das ações acumuladas em 2016, em meio ao receio de que os esforços das autoridades em

Pequim para domar o crescimento no crédito local possam afetar a demanda na China, maior consumidor mundial de matérias-primas.

O índice UK FTSE All Share Mining, composto por ações de mineradoras, mais do que dobrou em 2016, impulsionado pela recuperação dos preços das commodities e pelos abrangentes programas de cortes de custos que beneficiaram o desempenho de grandes mineradoras, como a Anglo American, a BHP Billiton, a Glencore e a Rio Tinto.

Desde fevereiro, no entanto, quando atingiu o maior patamar em dois anos e meio, o indicador acumula declínio superior a 13%.

O preço do minério de ferro caiu quase 30% desde que chegou a US\$ 94 por tonelada, em fevereiro

As ações da Anglo American, que em 2016 foram as de melhor desempenho no índice FTSE 100, desvalorizaram-se 20% desde que o índice das mineradoras atingiu seu pico mais recente em fevereiro. As da Rio Tinto caíram 17%. Os papéis da BHP Billiton e da Glencore também recuaram, perdendo, respectivamente, 15% e 8% do valor.

Na semana passada, o Goldman Sachs, um dos bancos de investimento mais influentes nos mercados de commodities, rebaixou suas classificações de crédito de várias mineradoras e atribuiu a decisão às medidas das autoridades em Pequim para apertar a política monetária do país.

"O que é importante para as commodities é a direção do crescimento e acreditamos que provavelmente será para baixo", destacou o Goldman Sachs.

A BHP Billiton somou-se ao tom negativo ao prever um crescimento na demanda um pouco mais baixo neste ano para o cobre e para dois ingredientes usados na produção siderúrgica, o minério de ferro e o carvão de coque.

O custo dos empréstimos de curto prazo na China aumentou para seu maior patamar em dois anos, depois que as autoridades monetárias locais procuraram conter o crescimento da oferta de crédito e, assim, coibir as captações desenfreadas.

O impacto dessas mudanças já começam a ser sentidos. Na semana passada, a China Vanke, uma das maiores incorporadoras imobiliárias da China, viu-se obrigada a desistir de uma emissão de títulos de dívida e culpou as mudanças nas condições de mercado pela decisão.

"O setor de propriedades é o maior mercado consumidor final de muitas commodities", disse Gary Paulin, chefe de renda variável internacional na

Northern Trust Capital Markets. "Caso [o setor] se desacelere, vai sobrepujar qualquer coisa que os estímulos Estados Unidos possam trazer."

O preço do minério de ferro, fonte fundamental de lucros para a BHP Billiton e a Rio Tinto, caiu quase 30% desde que chegou a US\$ 94 por tonelada, em fevereiro. A onda de vendas foi alimentada, em parte, pelo temor de que possa haver excesso de oferta, depois de dados oficiais terem mostrado que a produção anualizada de aço na China alcançou o recorde de 848 milhões de toneladas em março. O minério de ferro é usado para produzir aço.

O cobre, que é usado desde em fiações domésticas até em redes de energia, também está sob pressão, tendo recuado do patamar de US\$ 6 mil por tonelada registrado em fevereiro. As cotações do metal foram impactadas pelo fim das interrupções no fornecimento em uma mina no Chile e outra na Indonésia e pela onda de metal reciclado que inundou o mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Vale perde valor, mas continua no azul

A Vale foi a mineradora, entre as maiores do setor em todo o mundo, que mais perdeu valor com a virada de confiança dos investidores sobre commodities e o recuo de seu principal produto, o minério de ferro. Desde a máxima recente da companhia, em 20 de fevereiro, seu valor de mercado já diminuiu em 22% até agora.

Mesmo assim, ao contrário de suas concorrentes globais, a empresa segue acumulando ganhos em 2017. A alta no ano é de 11%. Isso tem dois motivos principais: a redução do endividamento que ela está demonstrando nos últimos trimestres e o prêmio de governança que o mercado está disposta a pagar depois que ela anunciou a migração para o Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa) com a renovação do acordo de acionistas. O anúncio de Fabio Schvartsman, ex-Klabin, como novo presidente, também agradou.

No caso das ações ordinárias, com direito a voto, o recuo desde o pico foi de 21%, enquanto as preferenciais classe A, mais negociadas, perderam 20%. No ano, as altas são de 12% e 18%, respectivamente. Ao mesmo tempo, desde a máxima, a Rio Tinto, segunda maior produtora de minério de ferro do mundo, atrás apenas da Vale, sofreu desvalorização de 17%, e a BHP Billiton, terceira no ranking, caiu 15%. A Anglo American, que possui um portfólio mais diversificado, teve queda de 20%. No ano, elas recuam 3,5%, 10% e 7%, nesta ordem.

Mas os analistas apostam que há pouco espaço para a Vale caminhar daqui para frente. Se de um lado ela voltou a ter o melhor resultado por tonelada na produção de minério e segue no processo de desalavancagem, do outro o minério enfrentou queda livre e tem mais espaço para cair até o fim do ano. Um dos motivos é a própria companhia, que está começando a amadurecer o maior projeto minerário do mundo no momento, o S11D, em Carajás (PA).

Além disso, a mineradora decepcionou no resultado do primeiro trimestre e fez os bancos reduzirem estimativas para 2017. "O ponto-chave para o investimento na Vale é sua gigantesca alavancagem operacional em relação aos preços do minério de ferro", escreve o Goldman Sachs em relatório. "Quanto mais tempo o preço se mantiver, maior será o corte na dívida e o potencial de alta das ações."

Para o BTG Pactual, entretanto, a cotação dos papéis atualmente já parece se justificar frente ao nível registrado pela commodity. Hoje, o minério com teor médio de 62% entregue no porto chinês de Qingdao fechou a US\$ 68,72 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O BTG calcula que a ação da Vale tenha embutido no preço uma curva de US\$ 60 para a matéria-prima.

A casa de análise de dívida corporativa Gimme Credit diz, também em relatório, que o resultado do segundo trimestre provavelmente será mais fraco, principalmente depois da baixa no minério. A visão sobre a empresa daqui para frente é estável, apesar da desvalorização de seu principal produto, por causa do processo de desalavancagem e do baixo custo de produção, afirma a instituição.

A maioria dos analistas tem recomendação neutra para o papel. O Deutsche Bank, por sua vez, indica a compra. "A Vale continua focada em aumentar a flexibilidade de seu minério com blending [mistura de diferentes teores] e em reduzir sua dívida líquida", lembra o banco, que considera a estratégia positiva.

O Citi, que também recomenda comprar ações, acredita que a geração de caixa tem potencial para se manter alta no ano, algo que o banco avalia que os investidores não estão considerando, levando em conta o preço atual do papel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniela Meibak | De São Paulo

Título: BNDES cria fundo de R\$ 500 mi com foco em energia renovável

Os títulos verdes entraram no radar do mercado local de renda fixa diante do crescimento do instrumento no exterior. A CPFL Renováveis teve a primeira debênture certificada internacionalmente e o BNDES, em parceria com a Vinci Partners, prepara um fundo de R\$ 500 milhões para investir em projetos de

energia sustentável. Lá fora, o estoque dos "green bonds" dobrou nos últimos 15 meses e representa mais de US\$ 200 bilhões.

Apesar de não trazer diferença em termos de retorno ("yield"), para o emissor, a oferta desse instrumento de dívida é uma oportunidade para diversificar a base de investidores, ampliando as fontes de recursos. É com isso em mente que o BNDES resolveu criar o fundo.

André Salcedo, da área de mercado de capitais do BNDES, explica que a instituição já vinha fazendo investimentos em debêntures de infraestrutura de projetos de energia e observava pouca disposição do investidor para financiar obras no longo prazo.

Dependente do investidor pessoa física, que tem isenção de Imposto de Renda em debêntures de infraestrutura, esse mercado enfrenta restrições para o crescimento por conta do apetite desses investidores. O estoque desse segmento soma cerca de R\$ 6,2 bilhões. "O que mais temos visto são projetos de energia e parques eólicos, vinculados a emissões pequenas. Elas têm maior dificuldade de colocação porque o investidor não quer ter uma fatia grande de uma emissão só, porque o próprio segmento não é muito conhecido e tem mais riscos do que outras áreas como transmissão", explica.

Disso surgiu a ideia de transformar os papéis de dívida em "green bonds", com certificação internacional, e criar um fundo para fomentá-los. De um lado, o banco começou a procurar um parceiro para atuar junto no fundo, o que resultou na escolha da Vinci Partners. Do outro, iniciou conversas com companhias para mostrar o benefício da certificação das emissões. A iniciativa é feita em parceria com a Climate Bonds Initiative, empresa que emite os selos.

"O fundo é simples, o BNDES vai ter participação de até 50% e o restante será captado pela Vinci com investidores institucionais. O primeiro benefício é acessar uma base de investidores mais ampla. Com isso, é possível que gradualmente vejamos redução nos spreads com a maior concorrência para comprar os papéis", afirma Marcello Almeida, sócio da Vinci.

Nessa linha, a CPFL Renováveis obteve a certificação internacional de uma emissão de debêntures no valor de R\$ 200 milhões que já estava no mercado. É a primeira debênture a obter o selo internacional. Até então, só bônus emitidos por empresas no exterior conseguiram o selo, como é o caso da BRF e da Suzano. Os recursos levantados pela CPFL serão utilizados para a construção dos projetos eólicos Campos dos Ventos e São Benedito no Rio Grande do Norte. Essa debênture, no entanto, não poderá ser comprada pelo fundo do BNDES por não ser de infraestrutura, seguindo a lei 12.431.

Linda Murasawa, superintendente-executiva de desenvolvimento sustentável do Santander, confirma que no mercado internacional não existe diferença de yield, mas que outro benefício importante é a agilidade na colocação dos papéis dado o bolso maior de dinheiro. "Os green bonds têm sido mais eficientes, com a venda feita em horas", disse. Ela explica que o principal motivo é a escassez de projetos sustentáveis.

Diante do tamanho da indústria de renda fixa global, o ramo ainda é pequeno, mas o que chama atenção é a taxa de crescimento. O mercado global ultrapassou US\$ 200 bilhões em estoque no primeiro trimestre deste ano, consequência dos US\$ 92 bilhões emitidos no ano passado e dos US\$ 19 bilhões vendidos só nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, segundo o Bank of America Merrill Lynch (BofA). Desde janeiro de 2016, oito países e cerca de 150 novos emissores entraram no mercado. A China ofertou US\$ 30 bilhões em 2016 e assumiu o posto de maior emissor. O banco americano projeta emissão de US\$ 90 bilhões a US\$ 130 bilhões em 2017 no cenário base, podendo chegar a US\$ 150 no caso mais otimista.

O BNP Paribas prepara o lançamento para julho, na Europa, do seu primeiro fundo dedicado a esse instrumento, tendo já captado € 120 milhões, mas sem limite para o teto de recursos. Os investidores buscam yield, explica Felipe Gordillo, executivos de investimentos sustentáveis do BNP, mas só com esse instrumento encontra-se um caminho de transição para a economia de baixo carbono.

"Na França, como resultado da lei de transição energética, os investidores profissionais precisam informar como as empresas estão incorporando o critério de energia limpa em seus investimentos e como apoiam a questão da mudança do clima. Uma maneira de provar isso é mostrar que estão comprando cotas de um fundo dedicado [ao segmento]", diz Gordillo, do BNP.

Até agora, os especialistas não veem grande impacto do governo de Donald Trump nesse mercado, uma vez que a maior parte das emissões desses não tem saído dos Estados Unidos.

MME / ASCOM .